



MINUTA

CONTRATO N. xxx/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 752/2025.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE ATRAVÉS DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS**, E A EMPRESA -----, CUJO OBJETO É A "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PERÍCIA E JUNTA MÉDICA, EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE".

O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, com sede no localizado na Avenida Castelo Branco n. 2.500, bairro Água Limpa, Paço Municipal "Couto Magalhães" - Várzea Grande/MT, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** representada por seu Secretário, a Senhora **JAQUELINE FAVETTI**, inscrita no CPF n. XXX.439.511-XX, com a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, neste ato sendo representada por sua Secretária interina, a Senhora **DEISI DE CÁSSIA BOCALON MAIA**, inscrita no CPF n. XXX.254.101-XX; com a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, representada pela sua Secretária, a Senhora **CRISTINA SETSUCO SIQUEIRA SAITO**, inscrita no CPF n. xxx.517.811-xx; com a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**, representada por seu Secretário, o Senhor **IGOR DA CUNHA GOMES DA SILVA**, inscrito no CPF n. XXX.685.081-XX, com a **SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL** representado por seu Secretário, o Senhor **LOURINEY DOS SANTOS SILVA**, inscrito no CPF n. XXX.513.961-XX; doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a Empresa -----, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. -----, localizada na -----, neste ato representada por seu administrador(a), o Senhor(a) -----, portador da Cédula de Identidade RG n. ----- e inscrito(a) no CPF n. -----, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o CONTRATO N. ---/2025, decorrente da Ata de Registro de Preços n. ---/202- do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico n. --/202-, conforme descrito no Edital e seus Anexos, das Leis Complementares. 123/2006, 147/2014 e 155/2016, Lei municipal n. 3.515/2010, Decreto Municipal n. 81/2023, em observância às disposições da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, bem como pelas disposições seguintes:



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n. 81/2023, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. --/202-, bem como na proposta da contratada, no **Termo de Referência n. 33/2025** da **Secretaria Municipal de Saúde**.

1.2. Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste Termo, bem como nos demais documentos acostados no **PROCESSO GESPRO N. 752/2025**.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é o “registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de perícia e junta médica, em atendimento as demandas prefeitura municipal de várzea grande”.

2.2. Das especificações dos produtos e quantidades:

| ITEM | CÓD TCE | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | UND MED. | QUANT. | VALOR UNT | VALOR TOTAL |
|------|-----------|--|----------------------|--------|-----------|---------------|
| 1 | 000901218 | Junta médica para avaliação e emissão de parecer analisando a situação de servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência (composta por médico do trabalho e psicólogo). | Servico (cód.: 2081) | 208 | R\$589,00 | R\$122.512,00 |
| 2 | 000901218 | Junta médica para realização de perícia de concessão de readaptação de função (composta por médico do trabalho, psicólogo, psiquiatra, técnico de segurança do trabalho e enfermeiro do trabalho). | Servico (cód.: 2081) | 104 | R\$982,00 | R\$102.128,00 |
| 3 | 00018522 | Perícia médica para os candidatos aprovados e convocados para posse em concurso público (avaliação de aptidão física realizada por médico do trabalho). | Servico (cód.: 2081) | 3.600 | R\$47,40 | R\$170.640,00 |

| | | | | | | |
|---|----------|---|----------------------|-------|-----------|-----------------|
| 4 | 00018522 | Perícias médicas para concessão de licença saúde (realizada por médico do trabalho) | Servico (cód.: 2081) | 4.160 | R\$243,00 | R\$1.010.880,00 |
| 5 | 00018522 | Perícias médicas para concessão de licença maternidade saúde (realizada por médico do trabalho). | Servico (cód.: 2081) | 416 | R\$259,50 | R\$107.952,00 |
| 6 | 00018522 | Perícias médicas para concessão de licença por motivo de acidente em serviço ou doença profissional (realizada por médico do trabalho). | Servico (cód.: 2081) | 104 | R\$259,50 | R\$26.988,00 |
| VALOR TOTAL: R\$ 1.541.100,00 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E QUARENTA E UM MIL, CEM REAIS) | | | | | | |

2.3. Especificações detalhadas constam do termo de referência e dos seus anexos, cabendo à contratada atentar-se às discriminações daqueles documentos.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. DO REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO: A modalidade de licitação a ser utilizada será o PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, na sua forma ELETRÔNICA, adotando o critério de julgamento das propostas de preço será o de MENOR PREÇO POR LOTE UNICO, conforme justificativa elencada no ETP 22/2025.

3.2. DA GESTÃO CONTRATUAL

3.2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Decreto Municipal n. 81/2023 e da Lei n. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.3. Caberá ao contratado indicar preposto que atuará como seu interlocutor, bem como indicar endereço eletrônico e contato telefônico por meio do qual as partes poderão se comunicar, além de enviar notificações e intimações.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ 1.541.100,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e um mil, cem reais)**, cujo pagamento será efetuado por demanda e de acordo com os preços unitários consignados na tabela da cláusula segunda.

4.2. Estão inclusas no valor acima todas as despesas necessárias, tais como: mão-de-obra, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda os gastos com carregamento, transporte e frete.

4.3. A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.3.1. Os recursos financeiros necessários para a execução deste Contrato são oriundos da seguinte classificação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Dotação Orçamentária: 04.01.04.122.0101.000

Projeto/Atividade: 2295 – Manutenção De Serviço Administrativos

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

Fonte: 015000000000 (Código Reduzido: 04010022)

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL

Dotação Orçamentária: 39.02.06.181.0035.000

Projeto/Atividade: 1537 – Proteção de Bens, Serviços e Instalações Municipais

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

Fonte: 015000000000 (Código Reduzido: 39020002)

Dotação Orçamentária: 39.02.06.181.0035.000

Projeto/Atividade: 1538 – Formação e Capacitação dos Profissionais da Guarda Municipal

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

Fonte: 015000000000 (Código Reduzido: 39020006)

Dotação Orçamentária: 39.02.06.181.0035.000

Projeto/Atividade: 1539 – Fiscalização, Controle e Segurança do Trânsito

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

Fonte: 015000000000 (Código Reduzido: 39020009)

Dotação Orçamentária: 39.02.06.181.0035.000

Projeto/Atividade: 1540 – Educação para o trânsito

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

Fonte: 015000000000 (Código Reduzido: 39020012)

Dotação Orçamentária: 39.02.06.181.0035.000

Projeto/Atividade: 1541 – Prevenção à Violência e Criminalidade

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

Fonte: 015000000000 (Código Reduzido: 39020015)

Dotação Orçamentária: 39.02.06.181.0035.000

Projeto/Atividade: 2280 – Atendimento a Acidentes de trânsito

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

Fonte: 015000000000 (Código Reduzido: 39020018)

Dotação Orçamentária: 39.02.04.122.0002.000

Projeto/Atividade: 2246 – Manutenção de Segurança Pública Municipal

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

Fonte: 015000000000 (Código Reduzido: 39010021)

Dotação Orçamentária: 39.03.06.182.0035.000

Projeto/Atividade: 2250 – Proteção e Defesa Civil Municipal





Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ
Fonte: 015000000000 (Código Reduzido: 39030002)

Dotação Orçamentária: 39.01.04.122.0002.000
Projeto/Atividade: 2265 – Manutenção e Encargos da Defesa Social
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ
Fonte: 015000000000 (Código Reduzido: 39010012)

SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER

Dotação Orçamentária: 35.01.12.361.0002.000
Projeto/Atividade: 2165 – Manutenção e Encargos das Atividades da Secretaria Municipal de Educação
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ
Fonte: 015001001000 (Código Reduzido: 35010016)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dotação Orçamentária: 11.01.08.122.0002.000
Projeto/Atividade: 2214 – Manter o funcionamento da Secretaria Municipal Conforme a NOB/SUAS
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços De Terceiros – PJ
Fonte: 015000000000 (Código Reduzido: 11010027)

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Dotação Orçamentária: 09.02.10.301.0003.000
Projeto/Atividade: 2303 – Ampliação do Acesso, Custeio e Investimento em Estrutura, Equipamentos e Insumos
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ
Fonte: 015001002000 (Código Reduzido: 09020053) / 016000000000 (Código Reduzido: 09020054) / 016210000000 (Código Reduzido: 09020055)

Dotação Orçamentária: 09.02.10.302.0012.000
Projeto/Atividade: 2304 – Ampliação do Acesso, Custeio e Investimento em Estrutura, Equipamentos e Insumos
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ
Fonte: 016000000000 (Código Reduzido: 09020063) / 016210000000 (Código Reduzido: 09020064) / 017103210000 (Código Reduzido: 09020184)
OBS: Não consta a fonte no projeto atividade 2304, no elemento 3.3.90.39

Dotação Orçamentária: 09.02.10.122.0015.000
Projeto/Atividade: 2305 – Ampliação do Acesso aos Serviços de Saúde e Otimização da Gestão nos Níveis de Atenção
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ
Fonte: 015001002000 (Código Reduzido: 09020084) / 016000000000 (Código Reduzido: 09020085) / 016210000000 (Código Reduzido: 09020086) / 017103210000 (Código Reduzido: 09020192)

Dotação Orçamentária: 09.02.10.304.0021.000
Projeto/Atividade: 2308 – Manutenção e Ampliação das Atividades do Sistema Municipal de Vigilância em Saúde
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ
Fonte: 016000000000 (Código Reduzido: 09020140)



CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1. Os contratos oriundos deste processo, terão vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de publicação do respectivo contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 106 e seguintes da Lei nº. 14.133/2021, desde que haja manifesto interesse público e aprovação da qualificação dos serviços pela contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. DA CONTRATADA.

6.2. Compete à Contratada a responsabilidade integral pela execução do objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, cabendo-lhe, em especial:

6.3. Realizar as perícias de 2ª feira a 6ª feira, nos horários das 08hs00min às 17hs00min, priorizando o atendimento aos servidores que trabalham em regime de plantão.

6.4. Contar com profissionais indicados para a realização de perícias médica.

6.5. Comunicar à Secretaria Municipal de Administração/Coordenadoria de Gestão de Pessoas, obrigatoriamente, a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.

6.6. Emitir pareceres quando solicitado pela Secretaria Municipal de Administração/Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

6.7. Não alterar as instalações, o endereço e horários de atendimento sem consentimento prévio, fiscalização e autorização e por escrito da Secretaria Municipal de Administração/Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

6.8. Permitir o acompanhamento e a fiscalização pela Secretaria Municipal de Administração/Coordenadoria de Gestão de Pessoas, unidade apoiadora do Gestor, representante do Município no Contrato, responsável pela fiscalização e avaliação do cumprimento dos objetivos estabelecidos;

6.9. Informar ao fiscal do contrato, imediatamente e por escrito, qualquer ocorrência verificada durante a prestação dos serviços.

6.10. Responsabilizar-se, civil e penalmente, por todos os atos praticados pelos seus empregados e prestadores de serviço na execução do contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Designar fiscal para acompanhamento da execução do contrato;

7.2. Indicar o nome dos servidores a serem periciados, e fará o agendamento prévio de até 10 dias, organizado mediante controle de entrada e/ou vencimento das licenças médicas já concedidas e se responsabilizará pela execução de todos os serviços administrativos, tais como: convocação, notificação de ausência, encaminhamento de laudos e ou relatórios às unidades de exercício desses servidores, dentre outras, efetuando todo o controle cadastral, devendo a CONTRATADA executar os serviços nas datas e horários que deverá ser combinados entre ambas as partes.

7.3. Em caso de o paciente não poder aparecer será procurado avisar com 03 (três) dias de





antecedência, mesmo assim, em caso de não comparecimento e na falta do cancelamento antecipado, será devido o valor da perícia a contratada.

7.4. Cabe ao Contratante adotar as seguintes medidas decorrentes desta contratação, sem prejuízo de outras decorrentes da legislação e necessárias à eficiente execução do contrato:

7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

7.6. Fiscalizar a execução dos serviços.

7.7. Comprovar e relatar, por escrito, eventuais irregularidades na execução dos serviços.

7.8. Receber e conferir os serviços executados e, estando regulares, efetuar os pagamentos à Contratada, nos prazos e condições pactuados.

7.9. Prestar à Contratada todas as informações e esclarecimentos solicitados, necessários para a execução dos serviços contratados.

7.10. Fornecer meios necessários à execução dos serviços objeto do contrato;

7.11. Convocar a (s) empresa (s) para assinatura do (s) contrato (s) nos termos deste termo;

7.12. Realizar o pagamento dos valores devidos, após a comprovação da execução do contrato, mediante atesto do responsável pela fiscalização;

7.13. Fiscalizar a execução e entrega dos produtos adquiridos e do contratado.

CLÁUSULA OITAVA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número do Contrato/Ordem de Fornecimento, a descrição do objeto, o número e nome do banco, agência e número da conta na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.2. LIQUIDAÇÃO.

8.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.2.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.



8.3.1. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação de certidão de regularidade fiscal perante o município de Várzea Grande na forma do art. 168 do Decreto Municipal nº. 81/2023.

8.3.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.3.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.3.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.3.5. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Não produzir os resultados acordados,
- b) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3.6. Prazo de pagamento.

8.3.7. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 dias**, contados da finalização da liquidação da despesa.

8.3.8. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado

8.3.9. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.3.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

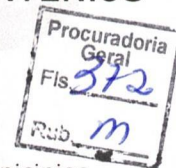
9.1. DO PRAZO E EXECUÇÃO DO OBJETO.

9.2. Após o encaminhamento pelo RH da solicitação da perícia, esta deverá ser agendada pela contratada

9.3. A contratada deverá comunicar por escrito a data da realização da junta médica para que a contratante proceda à notificação do servidor.

9.4. Os serviços de perícia deverão ser realizados por médico especializado em medicina no trabalho e, para o atendimento referente aos serviços elencados no item 02 a junta médica deverá ser composta (composta por médico do trabalho, psicólogo, psiquiatra, Técnico de Segurança do Trabalho e enfermeiro do trabalho), e para o item 01 a junta médica deverá ser (composta por





médico do trabalho e psicólogo).

9.5. Os atendimentos de perícias e junta médica deverão ser realizados na sede dos Municípios de Várzea Grande ou Cuiabá.

9.6. Avaliar a capacidade de trabalho do servidor emitido laudo pericial para concessão e revisão de benefícios, afastamentos ou retorno ao trabalho através do exame clínico, redução de carga horária, provas e atestados e exames referentes ao caso.

9.7. Solicitar exames complementares;

9.8. Efetuar exames admissionais e demissionais;

9.9. Fazer encaminhamento de pacientes a outros especialistas, quando o julgar necessário;

9.10. Comunicar o resultado do exame médico-pericial ao periciado, e orientar o periciado para tratamento quando eventualmente não estiver fazendo e encaminhá-lo para reabilitação, quando necessária;

9.11. Avaliar as condições de saúde do servidor para determinadas funções e/ou ambientes, indicando sua alocação para trabalhos compatíveis com suas condições de saúde, orientando-o, se necessário, no processo de adaptação.

9.12. Deverá ser assegurada periodicidade e agilidade no atendimento, de modo a não comprometer o andamento dos processos administrativos de saúde do servidor.

CLÁUSULA DÉCIMA- DO REALINHAMENTO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

10.1. O contrato será reajustado, sempre a requerimento do contratado, sob pena de preclusão, quando completar o interstício de um ano contado: da data limite para apresentação da proposta nos casos de bens e serviços comuns licitados ou da data de referência do reajuste anteriormente deferido, no caso dos reajustes subsequentes ao primeiro.

10.2. DO REEQUILÍBRIO

10.2.1. O valor do Contrato poderá ser revisto mediante solicitação da contratada com vista à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da mesma, conforme artigo 06, inciso LVIII, da lei 14.133/21.

10.2.2. As eventuais solicitações, observadas o disposto no item anterior, deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

10.2.3. Deverão estar presentes os seguintes pressupostos da concessão do direito, quais sejam:
a) Elevação dos encargos do particular; b) Ocorrência de evento posterior à assinatura da Ata de registro de preços; c) vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da empresa; d) imprevisibilidade da ocorrência do evento.



10.2.4. Para os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços de contratos baseados em Atas de Registro de Preços vigentes, caberá à Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande a análise jurídica e decisão do pedido e à Controladoria a análise contábil.

10.2.5. Quanto aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e reajuste de preços de contratos cuja Ata de Registro de Preços já expirou, deverá ser observado o item anterior.

10.2.6. Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro e reajuste será registrado por aditamento ao contrato.

10.2.7. A repactuação de preço e o reequilíbrio econômico financeiro poderão ser realizados, no caso de comprovação da necessidade mediante comprovação de oscilação de preços praticados no mercado, devendo o pedido ser analisado no prazo de **90 (noventa) dias**.

10.2.8. Conforme o art. 131 do decreto 81/23, o reajuste é a alteração do preço praticado em virtude de aplicação de índice de atualização monetária previsto em edital e contrato, de modo a garantir o equilíbrio econômico financeiro afetado por variação inflacionária regular.

10.2.9. Os contratos do município de Várzea Grande devem adotar preferencialmente o IPCA (índice nacional de preços ao consumidor amplo) como índice de reajuste para os contratos de bens e serviços em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Decreto Municipal nº. 81/2023 e da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, ou prorrogação do cronograma do evento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, **anotadas tais circunstancias mediante simples apostila.**

11.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o use de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providencias que devam ser cumpridas de imediato.

11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.6. Atuarão como gestor e fiscais da futura ata de registro de preços e/ou do futuro contrato os seguintes servidores:

- **Secretaria de Administração**

- a) Fiscal Titular: **NELCI CRISTINA ROZA SORESEN** (Matrícula 151396);
- b) Fiscal Suplente: **ELAINE MARIA PEREIRA DIAS** (Matrícula 152025).





- **Secretaria Municipal de Defesa Social**

- a) Fiscal Titular: **SIRLEI SALETE PIASECKI** (Matrícula 43769);
- b) Fiscal Suplente: **METUZALA DA COSTA** (Matrícula 175446)

- **Secretaria Municipal de Saúde**

- c) Fiscal Titular: **FATIMA APARECIDA MENDES** (Matrícula 16195);
- d) Fiscal Suplente: **ADRIANO RONDON DE ARRUDA** (Matrícula 174553).

- **Secretaria Municipal de Assistência Social**

- a) Fiscal Titular: **JONATHAN DE CAMPOS** (Matrícula 172817);
- b) Fiscal Suplente: **JULIANE MARTINS VASCONCELOS** (Matrícula 160006)

- **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**

- a) Fiscal Titular: **NASARETHE LAYSA DREYER** (Matrícula 174131);
- b) Fiscal Suplente: **ROSALI DE OLIVEIRA** (Matrícula 40684)

b.1 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

b.1.1. Os fiscais do contrato acompanharão a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

b.1.2. Os fiscais do contrato anotarão no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

b.1.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

b.1.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

b.1.5. Os fiscais do contrato verificarão a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

- Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, os fiscais do contrato atuarão tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23,



IV).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. Este Contrato poderá ser rescindido, unilateralmente, pelo Município ou bilateralmente, em atendimento à conveniência administrativa, conforme os casos previstos nos **Artigos 137, 138 e 139 da Lei n. 14.133/21, podendo ser:**

- a) Consensual-** por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- b) Administrativa** - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- c) Decisão arbitral ou Judicial** - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela **Contratante**, com as consequências previstas abaixo.

Parágrafo Primeiro – A rescisão contratual poderá ser:

- a)** Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 137 da Lei n. 14.133/21;
- b)** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- c)** A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 138 acarreta as consequências previstas no art. 139, incisos I a IV, da Lei n. 14.133/21.

12.3. O **CONTRATADO** reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 137 a 139 da Lei n. 14.133/21.

12.4. Fica vedada a rescisão consensual quando verificado que houve descumprimento por parte do contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

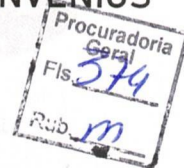
13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa não ensejará em extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

13.5. Se a operação implicar mudança de pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;





13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas;

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n. 14.133/2021);

13.8. O contrato poderá ser extinto:

13.8.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente de órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão de contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021).

13.8.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, §3º do Decreto n. 7.203/2010).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante ou a contratada que incorra nas infrações previstas no art. 155, da Lei Nacional nº. 14.133/2021, independentemente da transcrição na íntegra das infrações neste edital, serão apuradas em regular processo administrativo com garantia de contraditório e ampla defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.2. A aplicação da sanção administrativa de advertência pode ser efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa; **b)** Execução insatisfatória ou inexecução dos fornecimentos e/ou serviços ora contratados, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade; **c)** Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;

14.3. A aplicação das sanções previstas no não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do prejuízo causado à administração pública.



14.4. O procedimento de apuração das infrações, o devido processo legal, o julgamento e a aplicação, seguirá a disciplina do Capítulo XI – Sanção e Controle, artigos 174 a 192 do Decreto Municipal 81/2023 de Várzea Grande.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTICORRUPÇÃO

15.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

16.1. O contratado obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite facultado pela regra do Artigo 125 da Lei n. 14.133/21, e art. 148 do Decreto Municipal n. 81/2023, desde que as alterações a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta mesma Lei não transfigurem o objeto desta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto Federal n. 7.724, de 2012, bem como no art. 47 do Decreto Municipal n. 81/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Estadual de Mato Grosso, Comarca de Cuiabá, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, inclusive os casos omissos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, após lido e achado conforme, as partes assinam o presente Contrato em 03 vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Coordenadoria de Contratações, conforme exigência da Lei n. 14.133/21.

Várzea Grande/MT, -- de novembro 2025.





JAQUELINE FAVETTI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

IGOR DA CUNHA GOMES DA SILVA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DEISI DE CÁSSIA BOCALON MAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CRISTINA SETSUÇO SIQUEIRA SAITO
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

LOURINEY DOS SANTOS SILVA
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

CONTRATA

